



Na página anterior,
o presidente
Juscelino na volta
ao Brasil, 1965

lúcio costa sérgio buarque
juscélino
drummond

Presidente Juscelino, os “anos dourados”

MARIA VICTORIA BENEVIDES

(Notas sobre imagem
política: JK e FHC)

MARIA VICTORIA DE MESQUITA BENEVIDES é professora titular da Faculdade de Educação da USP e diretora da Escola de Governo-USP. É autora de, entre outros, *O Governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política* (Paz e Terra).

“A glória de meu governo foi manter o regime democrático *malgré tout*, apesar de todas as tentativas para derrubá-lo. Em 40 anos de vida republicana eu fui o único governo civil que começou e terminou no dia marcado pela Constituição. Este é um dos títulos de maior benemerência para mim. Sei o que isso significou de esforço continuado, de vigilância constante” (Juscelino Kubitschek, entrevista à autora, Rio, abril de 1974).

Conheci Juscelino Kubitschek pessoalmente, em plena ditadura, quando escrevia a dissertação de mestrado sobre o período de sua presidência. Recebeu-me, pela primeira vez, em seu escritório no prédio modernista da revista *Manchete*, ao lado do tradicional Hotel Glória, um dos mais charmosos “postais” do Rio de Janeiro, minha cidade querida. Apesar dos anos de chumbo do terrorismo de Estado e da angústia por nossos heróis da luta armada, eu respirava a saudade do mar numa límpida manhã de primavera, e estava animada com o encontro, vital para a pesquisa que desenvolvia como aluna de Ciências Sociais da USP. Mas, para minha grande aflição, fui testemunha da ira e da terrível frustração daquele homem de 72 anos, reconhecido por todos como um verdadeiro “animal político” e que seria ferido de morte: acabara de me cumprimentar quando chegou a notícia de que, ao raiar do primeiro de abril, uma década depois do golpe e das cassa-

ções, os militares devolviam seus direitos pela metade, ou seja, ele poderia votar, mas continuava inelegível, não podia se candidatar nas próximas eleições! (nas quais, aliás, a oposição teria uma formidável vitória). Logo ele, com tantos planos de voltar à política, articulando-se ativamente pela abertura que viria bem mais tarde. Ficou tão transtornado que me comoveu e quase chorei – de medo, raiva e tristeza.

Cavalheiro à moda antiga, Juscelino recuperou-se e me deu toda a atenção; ficou encantado com a proposta de estudar sua presidência como um período marcado por crises, mantendo-se, não obstante, os compromissos com o desenvolvimento econômico, a liberdade e a estabilidade política. Prometeu-me as entrevistas que quisesses, o contato com seus ministros e partidários, e assim foi – com o maior respeito pela minha independência política e o rigor de um trabalho acadêmico. Sua última aparição pública ocorreu, justamente, no lançamento do meu livro no Rio (julho de 1976) na bela Casa de Rui Barbosa, em noite que acabou sendo um ato político, uma prova de sua constante popularidade, no meio de intelectuais, artistas, jornalistas, políticos do MDB, os cariocas do *Pasquim*, a mineirada toda. JK morreria um mês depois, no acidente de carro sobre o qual até hoje pairam dúvidas.

•••

Juscelino Kubitschek, o criador de Brasília e o eterno presidente do otimismo e da esperança no imaginário popular dos que já chegaram aos 50, faria cem anos em setembro próximo. Merece, por vários títulos, todas as homenagens que se prestam a um grande brasileiro. Não deixou herdeiros políticos de DNA incontestável (os políticos do antigo PSD e os mineiros estão tão divididos!), embora sua imagem continue disputada com o fervor dos convertidos. Neste ano eleitoral não faltarão identificações mais ou menos fantasiosas, comparações com aquela personalidade dinâmica e sedutora ou com a política de desenvolvimento econômico.

Mas, como dizia o próprio, com seu gosto pelos ditos populares, “não se vá com muita sede ao pote”. A “apropriação da imagem” tem que partir de um certo “ar de família”, um mínimo de credibilidade, senão a foto sai borrada, ridícula, vira caricatura. Já escrevi muito sobre o governo JK e seu significado na política brasileira e não vou repetir argumentos estritamente acadêmicos. Quero dar minha opinião, tomar partido e associar essas notas com o momento presente. Pretendo abordar apenas alguns aspectos da imagem JK lembrando, inicialmente, que entre nós ainda hoje se discute o papel do Estado em torno das venturas ou desventuras do nacional-desenvolvimentismo, e os candidatos às eleições de outubro estão todos confrontados com tais questões, criando-se polêmicas e polarizações. Segundo Antonio Callado, foi no governo Kubitschek que se consagrou o vocábulo “desenvolvimentismo” (o “nacional” ficou por conta de Getúlio Vargas); antes falava-se em “fomento” e em “fomentar o desenvolvimento”. Juscelino teria sido o inventor da palavra, cuja mística ficou, inarredavelmente, vinculada ao seu nome e ao seu carisma.

É sabido que o presidente Fernando Henrique sempre admitiu sua vaidade, confessando-se, porém, “mais inteligente do que vaidoso” – daí, quanto maior a vaidade, maior a inteligência, maior a vaidade e o círculo não tem fim. Faz sentido. Já no final de 1994 José Luis Fiori escrevia sobre a identificação desejada pelo novo presidente com o “vertiginoso sucesso de poder e de imagem pública” do líder espanhol Felipe González seu “verdadeiro *alter-ego*”. Depois FHC quis se comparar a Tony Blair da terceira via (seja lá o que for isso), e acabou pateticamente comparado a Menem e Fujimori pelo comum fascínio por reeleição. Mas, na galeria dos notáveis patrícios, ele ainda tentou Joaquim Nabuco e Campos Salles e logo percebeu que, na verdade, o povo só reconheceria “o JK”. Não deu outra: nosso “príncipe dos sociólogos” declarou-se sucessor do “presidente bossa-nova”, visitou Diamantina e deixou-se fotografar sentado na cama que fora do pobre estudante de Medicina que chega-

ria ao governo do Estado e à presidência da República. E louvando JK, ousou nos anunciar, como fizera o mineiro, um admirável mundo novo.

Não resta dúvida de que, em nossa história contemporânea, nenhum homem público pode se igualar à imagem que ficou de JK no “inconsciente coletivo” deste Brasil da conciliação e da memória seletiva, independentemente das brutais diferenças sociais. Ficou o mito do sucesso do filho de imigrante e de uma professorinha – quase um *self-made man* – e a simpatia pessoal de quem era, ao mesmo tempo, o desbravador do planalto e o “pé-de-valsas” da corte. Ficou a imagem de um governante moderno – ser alcunhado de “presidente voador”, nos anos 50, era crítica de humorista, mas acabou como sinal de progresso –, portador de um contagiante otimismo que criava a fé e a esperança num futuro grandioso para o país.

Juscelino diferenciava-se bastante dos outros presidentes do período pré-64. Foi o único civil, aliás, que cumpriu o mandato presidencial nos prazos fixados pela Constituição (31/1/56 – 31/1/61), situando-se entre duas crises de efeitos devastadores: o suicídio de um e a renúncia de outro. JK nunca teve, a meu ver, nem a marca de grande estadista, como Getúlio Vargas, nem o talento do demagogo, como Jânio Quadros. Não tinha, como o primeiro, aquela visão caudilhesca de um poder pessoal, solene e intransferível, porém associado à grandeza de uma profunda convicção sobre o papel do Estado para a integração da nação e a modernização do país. Não tinha, como o segundo, o gosto pela representação teatral – no sentido literal e no sentido da farsa – do poder paternalista e autoritário, porém compreendido como “justo” pelo povão mais carente e pelas classes médias espremidas entre os “tubarões” e os “proletas”, o que resultava na encarnação de um populismo de direita. Juscelino diferenciava-se, igualmente, de seu vice João Goulart, pois jamais deixou-se levar pela ilusão de que seria amado e respeitado pela adesão ao radicalismo de uma possível “liderança de massas”. Foi conservador e

conciliador, no velho estilo da política oligárquica brasileira, mas com certas qualidades pessoais e políticas que justificam situá-lo como o governante de nosso mais brilhante período de democracia liberal. Basta lembrar que sua morte, em plena vigência do AI 5, foi chorada pelas multidões, no Rio e em Brasília, cantando o “Peixe Vivo” e pedindo democracia. JK morreu sem ter recuperado a plenitude de seus direitos políticos, cassados no primeiro ato dos golpistas de 64.

Não surpreende, portanto, a sofreguidão com que políticos desejam apropriar-se da imagem de JK, na ausência ou na opacidade da sua própria. Como lembrou Wanderley Guilherme “todos querem tirar uma lasca dele, porque JK foi o último presidente popular”. Pois com que outro vulto nacional contemporâneo poderiam comparar-se? Para ficarmos só com os presidentes após a “democratização” de 1945, vejamos os exemplos. O marechal Dutra – sempre lembrado pelos desavisados como “o homem do livrinho”, por seu suposto amor à Constituição – fez um governo marcado pela perseguição aos sindicatos e aos movimentos operários e pela cassação do Partido Comunista. Além disso, passou ao anedotário nacional como modelo de feiúra e burrice. O mito Getúlio Vargas permanece no imaginário popular como o “pai dos pobres” (e a mãe dos ricos, digo eu), mas essa devoção talvez se restrinja a uma geração mais velha e, de certa forma, anterior – e mesmo contra – a criação de Brasília. Mais importante, Getúlio e getulismo permanecem associados, na pior hipótese, à ditadura do Estado Novo e ao trabalhismo percebido como semente da famigerada “república sindicalista”; e, na melhor hipótese, à rigorosa centralização e à decisiva intervenção do Estado na economia. Nem a boa nem a má hipótese combinariam com “a ideologia” modernosa de nossos hodiernos neoliberais. Jânio Quadros, por sua vez, morreu desmascarado pela péssima administração em São Paulo e seu moralismo *demodé* também passou a ser visto como a patética caricatura do jovem e carismático Jânio do “tostão contra o milhão”.

É evidente que a ninguém interessa comparar-se com o perdedor João Goulart (apesar da beleza das lutas memoráveis pelas “reformas de base”, nem mesmo Brizola pretendeu a identificação, preferindo apostar na tese das “perdas internacionais”). A ninguém interessa, igualmente, lembrar os chefes militares do período das trevas, ou mesmo o exemplo de José Sarney, que saiu escoraçado do poder (embora tenha voltado triunfante para o Senado com apoio do próprio FHC, e hoje muitos dizem “eu era feliz e não sabia”). Collor, o caçador de marajás, virou chefe de quadrilha e foi “impichado”. Itamar não conseguiu entusiasmar, apesar de ser o pai legítimo do Plano Real e autêntico defensor da indústria nacional.

O desejo de ser comparado com Juscelino partiu do próprio tucano, mas, se existem semelhanças, as conjunturas são muito diversas, em todos os sentidos: demográfico, econômico, político, social, cultural, política internacional, etc. Não dá para comparar aquela fase de substituição de importações com o novo parque industrial (embora corroído pela brutal desnacionalização da política econômica do “malanismo”) e a abertura escancarada do mercado, nem comparar o contexto da guerra fria com o da globalização sob hegemonia americana. Do ponto de vista da cidadania política, hoje são eleitores mais da metade da população, enquanto o eleitorado da época correspondia a apenas 18%. O papel dos meios de comunicação de massa, do movimento sindical e de tudo que se engloba na “sociedade civil” tinha, nos anos 50, feição muito diferente do que ocorre hoje. É evidente, pois, que o simples bom senso aconselha a maior cautela nessa avaliação. Já diziam os moralistas que “toda comparação é odiosa”, mas como foi o próprio Fernando Henrique que valorizou essa imagem, com a qual gostaria de ser comparado, ao “passar à história”, algumas considerações se impõem, para relativizar as semelhanças entre os dois presidentes, separados por quase quarenta anos.

A primeira semelhança, lembrada por todos e, certamente, a mais convincente,

refere-se ao clima de euforia à moda JK que a campanha tucana conseguiu criar na esteira do real, e depois com a derrota da inflação e a moeda “que valia o dólar”. Vale lembrar que quase todos os candidatos à sucessão presidencial de 1994 também elogiaram a figura e a atuação de Juscelino, lembrando seu otimismo criador e sua inegável tolerância política. Coube ao sofisticado intelectual weberiano, Fernando Henrique, apropriar-se da imagem de Juscelino com mais garbo e ousadia – e até com a bênção da família, pois com o apoio explícito da viúva Dona Sara e da filha Márcia (ambas falecidas), para quem FHC “encarnava a possibilidade de fazer o Brasil dar o grande salto como queria JK” (*Jornal do Brasil*, 29/7/94, p. 3). Isso significava, por exemplo, temperar a falta de carisma e o “murismo” tucanos com o fascínio exercido pelo destemido presidente que ousara duvidar da “eterna vocação agrícola” do país e conseguira aliar crescimento econômico acelerado com liberdades públicas e relativa estabilidade política.

Não foi por outro motivo, aliás, que Fernando Henrique, antigo admirador do velho PSD – partido de Tancredo Neves e de Ulisses Guimarães, que o estimularam a entrar na política –, lançou-se candidato no Memorial JK, em Brasília. Quis associar seu nome e seu programa, ainda desconhecidos, à crença desenvolvimentista dos chamados “anos dourados” e também definiu cinco prioridades (como no *Plano de Metas* de JK) num clima de “modernidade” e de confiança no futuro. Quis encarnar um juscelinismo redivivo, evocando tanto o espírito realizador quanto as tradicionais virtudes da conciliação política. E lá apareceu ele, a mão espalmada para lembrar as cinco prioridades de seu programa e um ar quase místico de quem adoraria poder dizer, como dizia JK: “Deus poupou-me o sentimento do medo” (Juscelino disse esta frase, célebre em suas memórias, nos momentos de grave crise durante sua campanha e seu governo. Não posso afirmar, mas suspeito que FHC tenha dito qualquer coisa parecida, depois que começou a acreditar em Deus, em anjos da guarda, no Se-

nhor do Bonfim e no Padim Ciço).

Ao que parece, deu certo na primeira fase do governo tucano. O povão não leu o programa, é claro, mas confiou no Plano Real que viria a substituir, com vantagens imediatas, o mágico *slogan* dos “50 anos em 5” do governo juscelinista. Creio, no entanto, que à época de JK o brasileiro médio apostava mais no futuro, pois vislumbrava possibilidades de desenvolvimento *para o país como um todo*, acreditava na proposta de geração de empregos – pelo ímpeto industrializador – e tinha um certo orgulho do novo e do moderno. Com o reinado tucano, ao contrário, começou a predominar *a cidadania do consumo*, necessariamente imediatista e individualista, e estritamente apoiada na promessa da moeda estável. FHC nos prometia a entrada “no primeiro mundo”, tínhamos mais dinheiro no bolso e os mais céticos pediam “seja eterno enquanto dure”. (O eterno foi curto e a conta do real está sendo paga, como sempre, pelos de baixo.)

Se a classe média e o povão votaram pelo real, as elites, por sua vez, agarraram-se a uma aliança eleitoral conservadora – PSDB, PFL e PTB – como única forma de derrotar Lula, o PT e o campo democrático popular. Aqui surge outra possível semelhança: FHC poderia estar seguindo o modelo juscelinista, que reuniu, como única fórmula para a vitória e para a “governabilidade”, os interesses rurais do antigo PSD e os do trabalhismo urbano e sindical do antigo PTB. Há, no entanto, duas diferenças importantes. Em primeiro lugar, a aliança de Juscelino tinha uma forte raiz: PSD e PTB foram partidos criados por Getúlio (costuma-se dizer, um com a mão direita e outro com a esquerda) e vinham, ambos, da experiência do Estado Novo. O próprio Juscelino fizera carreira política em Minas Gerais nesse esquema, no partido de Benedito Valadares; não precisava ficar dando explicações, sua aliança era auto-explicativa. Já a aliança em torno de FHC, embora vitoriosa, descontentou até setores do próprio partido e foi, constantemente, posta em questão. Não era para menos, pois, ao contrário da aliança “lógica” e eticamente

compreensível de JK, a dos tucanos clamou aos céus: juntou vítimas e algozes da repressão militar, remanescentes dos “puros e duros” da Ação Popular com suspeitos de narcotráfico e corrupção deslavada, os “autênticos do MDB” com os sempre caciques como ACM, Sarney, Bornhausen e Marco Maciel, além do bando de usineiros de Alagoas. A uni-los, unicamente, a velha máxima de nossas carcomidas elites: “em política, a única coisa feia é perder”. Que outro princípio poderia explicar, por exemplo, o apoio sorridente de FHC à campanha de Afanázio Jazadji em São Paulo? E suas fotos, depois, junto a Paulo Maluf?

As duas alianças, ambas conservadoras, foram diferentes ainda em outro aspecto. A dobradinha PSD-PTB de JK (a qual revelou-se vitoriosa em outras eleições) dividia as elites; era representativa do pacto populista e encravava uma cunha na classe dominante. Afinal, boa parte desta apoiava o candidato da UDN e “do partido fardado”, o general Juarez Távora, então o escolhido pelas mesmas forças que se uniram contra Getúlio em 1950 e apoiaram o brigadeiro Eduardo Gomes. Havia também outro forte candidato, como Ademar de Barros, que disputava o voto petebista. Inexistia, ainda, o voto vinculado por chapa, o que propiciava a disputa por voto também entre os candidatos a vice. A aliança PSDB-PFL-PTB em torno de FHC, ao contrário, tornou-se um imenso “centrão”, reunindo todos os setores das classes dominantes. A aliança fernandista, na prática, incorporava também grande parte do PMDB e do partido de Maluf, pois ambos abandonaram (“cristianizaram”, como se dizia naqueles tempos, neologismo criado quando Cristiano Machado foi abandonado pelo PSD) seus candidatos. Assim, JK venceu com apenas 1/3 dos votos válidos e encarou, de saída, a contestação da oposição que agitava a tese golpista da maioria absoluta, quando não o golpe *tout court*, como pregava Carlos Lacerda com o tal “estado de exceção” e o apoio dos militares antigetulistas. Já Fernando Henrique venceu folgadoamente no primeiro turno, em clima de tamanho consenso e ecumenismo

que até a oposição petista se intimidou.

Aliás, as duas campanhas foram muito diferentes, apesar da marca do otimismo impressa em ambas. JK enfrentou, o tempo todo, a hostilidade da grande imprensa, que o identificava com a herança getulista. A presidência, após o suicídio de Getúlio, fora entregue ao vice Café Filho, bandeado para a oposição e defendendo a tese de “união nacional”. FHC, ao contrário, contou despudoradamente com a máquina do governo (*remember* antenas parabólicas e a candura de Itamar e dos ministros para justificar “o apoio”) e ainda com a simpatia explícita de toda a mídia, com destaque para a onipresente TV Globo. Os próprios jornalistas cunharam a expressão “candidato teflon”, no qual nada pega, por maior que seja o escândalo ou melhor que seja o “furo”.

Costuma-se identificar também as semelhanças em torno do programa de governo. Ora, as diferenças aí são cruciais. O *Programa de Metas* de JK, cuja síntese era a construção de Brasília, baseava-se no crescimento acelerado, de certa forma “financiado” pela escalada inflacionária. JK chegou a repudiar, veementemente, um eficiente plano de estabilização, preparado por seu ministro Lucas Lopes – o PEM – pois poria a perder suas metas. FHC, ao contrário, consolidou chances de vitória justamente por priorizar a derrocada da inflação (no que provou estar certo), mesmo à custa de recessão e desemprego (no que provou ser cruel). Mas a industrialização de JK, se aumentou a inflação, propiciou notável crescimento do emprego e do salário mínimo. Já a gestão de FHC no Ministério da Fazenda registra o mais baixo salário real de nossa história, e depois, como presidente, sempre vetou o aumento decente do salário mínimo em nome da saúde da moeda e, principalmente, dos compromissos com os credores externos, a começar pela submissão indecorosa ao FMI.

Por outro lado, JK apostou na improvisação institucional e criou *grupos executivos* e *grupos de trabalho* para implementar o Plano, sem precisar enfrentar a inércia do Legislativo e o imobilismo da máquina clientelista na administração pública,

clientelismo que ele jamais criticou, fiel às suas origens e acordos. FHC mostrou-se tentado por esse tipo de *administração paralela* ao desejar um “grupo de notáveis” para tocar seu Plano, mas nunca admitiu que o clientelismo esteja na base da aliança que o apoiou. Chegou até a afirmar, sem corar, que o fisiologismo acabara, que não participaria do “é dando que se recebe” e que Antonio Carlos Magalhães representava uma força modernizadora na Bahia (até

a briga letal entre ambos, é claro).

Outra diferença relevante: apesar da ampla abertura ao capital estrangeiro, indispensável para a arrancada desenvolvimentista, JK incentivou o discurso nacionalista, entre militares e civis, chegando a romper com o FMI. Já FHC, apesar do devido louvor à memória de seu pai, general nacionalista, comunista e petebista, já começou repudiando o nacionalismo como bastião do atraso, sempre manteve as me-



*Última
aparição
pública de JK,
no lançamento
do livro de
Maria Victoria
Benevides (com
ele na foto) na
Casa de Rui
Barbosa, Rio
de Janeiro, 15
de julho de
1976*

lhores relações com os credores externos e, como se diz, seu plano econômico inspirou-se no chamado “Consenso de Washington”. Mais do que isso: para FHC a marca de seu governo será a derrocada da herança varguista, a desmontagem do Estado getulista, com o qual, para o bem ou para o mal, a aliança de JK se identificava.

Ambos – JK e FHC – são personagens assumidamente vaidosos também na imagem física. Juscelino fez plástica e pintava o cabelo; FHC fez plástica no rosto e gosta de ser considerado um *charmeur*. Ambos, galanteadores e discretos na vida pessoal, assumiram, talvez “docemente constrangidos”, o propalado sucesso com o belo sexo. Ademais, o sorriso de absoluta satisfação consigo próprio de FHC pode lembrar a risada exuberante de JK – sua marca registrada. Mas Juscelino jamais ostentou, como o nosso “príncipe”, a arrogância típica de certos intelectuais deslumbrados com o poder. É bem verdade que JK demonstrava grande apreço pelos muitos escritores que o rodeavam (vários deles recompensados com cargos públicos), mas nunca foi um “intelectual”. E não teria o menor sentido comparar os ideólogos do Iseb carioca, por ele patrocinado, com os cientistas sociais do Cebrap paulista, co-fundado por Fernando Henrique.

Nas vezes em que entrevistei JK para minha pesquisa percebi que ele tinha um certo complexo de não ser “intelectual” – gostava de falar francês, citar autores e livros. Mas tinha uma confiança ilimitada em seu talento político, sem dúvida superior ao de FHC. Não tinha medo de decidir e enfrentar pressões, ao contrário do que se pode perceber no sociólogo desde o início, ultra-sensível às oscilações da popularidade e, sobretudo, considerando um desafio que “os inteligentes da USP não entendam a revolução silenciosa de seu governo”, como disse em entrevista publicada em livro. Acima de tudo JK valorizava a competência específica para uma determinada tarefa e a segurança de cada um, o que o fazia dispensar candidatos a certos cargos quando, na conversa protocolar, diziam-se, por educada modéstia, não se sentirem

“dignos daquela honra” (isso foi contado por Victor Nunes Leal, para quem JK reclamava: “ora, se o candidato já não se sente digno, quem sou eu para discordar?”). Apesar desse tipo de rigor, típico das pessoas muito seguras, Juscelino era, como FHC também o é, um homem afável e de conversa fácil, mas jamais cometeria as indelicadezas verbais de FHC, que prefere perder o amigo do que uma boa piada (ou *boutade*, como ele diria), além de ser implacável com suas ironias em cima dos mais tímidos. Basta lembrar, por exemplo, suas entrevistas coletivas, quando várias vezes recusa-se a responder aos jornalistas brasileiros e ainda ironiza a pronúncia do repórter que ousou inquiri-lo em inglês. Ou então o encontro de Cúpula em Miami, quando declarou aos jornais que sua conversa com Clinton só não foi melhor porque o presidente uruguaio, também presente, “não falava inglês”. JK jamais cometeria tais indelicadezas com a imprensa e com o colega sul-americano. Era um *gentleman*, à moda antiga; FHC gostaria de saber imitá-lo.

Juscelino tinha verdadeira obsessão pelo cumprimento formal da legalidade (ver a epígrafe), pois assumira a presidência após crises tremendas, o suicídio de Getúlio, a traição do vice Café Filho, a “novembrada”, com golpes e contragolpes, a rebelião da Aeronáutica lacerdista, o estado de sítio, etc. e sabia-se presa fácil da imprensa, dos bacharéis da UDN e dos militares legalistas caso afrontasse a Constituição. “A UDN me trazia de canto chorado”, dizia, explicando-me o sentido da pitoresca expressão mineira. Nesse ponto, as diferenças são flagrantes. Durante os dois governos de FHC nossa pobre Carta, ainda tão jovem, foi trucidada dezenas de vezes, em muitos casos por medidas provisórias feitas exclusivamente para beneficiar o presidente e seus apaniguados. Ainda nesse registro, JK foi acusado em vários casos de corrupção, sobretudo envolvendo a construção de Brasília. Ora, tais denúncias seriam, hoje, negócio de amadores, se comparadas à escala dos rombos na “privataria” (como diz Elio Gaspari referindo-se às privatizações), à compra de votos para a reeleição, à caixa

dois das campanhas, e outras cositas más.

Estas breves notas sobre semelhanças/diferenças entre Juscelino Kubitschek e Fernando Henrique Cardoso podem soar simpáticas ao primeiro em detrimento do segundo. Há uma boa razão para isso, com todas as ressalvas antes lembradas sobre as diferentes conjunturas e o fato indiscutível de que FHC tem a novidade da reeleição. Trata-se de uma qualidade pessoal de JK que merece, mesmo de petista convicta como eu, especial consideração: além do talento político para compreender e atuar em seu tempo, Juscelino era autêntico na sua posição política (de centro-direita, diríamos hoje) e perfeitamente coerente com os modos de se fazer política “no clube”.

Assim, mereceu constante apoio no Congresso, apesar da oposição da UDN – e de sua radical e eficiente “Banda de música” – porque manteve intocáveis os compromissos da campanha. Distribuiu ministérios, atendeu demandas regionais e até pessoais dos correligionários. Era clientelismo, sem dúvida, mas ele nunca repudiara a prerrogativa dos caciques e vencedores, jamais escrevera uma linha contra “o elitismo e o patrimonialismo do Estado brasileiro”. Cumprir as promessas era um compromisso ético, de respeito à palavra dada e ao acordo feito, mesmo que seguindo o estilo da velha política. *Foi sempre leal aos amigos e aliados, e tolerante com os adversários.* Já FHC justificava sua aliança em nome da tal “governabilidade”, como se a sua simples presença “limpasse” a possibilidade de contágio com a direita. Além disso, num estilo parecido ao de Fernando Collor, afirmava nada dever e que não seria refém da coligação que o apoiou.

Outro dado favorável à pessoa de JK diz respeito à autenticidade de suas preferências ideológicas. Não encontramos, em seu comportamento, as ambigüidades de Jânio Quadros ou mesmo de João Goulart, para falar dos que já se foram. Liberal com os comunistas que o apoiaram – fiel aos acordos de campanha –, JK manteve-se “na direita”: era um autêntico político da “modernização conservadora” e jamais se apre-

sentou sequer como um social-democrata. Assim, *como nunca enganou também não virou casaca*. FHC serve-se da esquerda e da direita, insistindo que tais denominações não têm mais importância, mas ainda se confessa “de esquerda” e social-democrata dos novos tempos, um cidadão do mundo. Há vários exemplos em sua trajetória que tornam difícil, quando não impossível, elogiar, mais tarde, a mesma coerência demonstrada por JK.

Um exemplo vale como símbolo: ao assumir a presidência, em plena crise política e militar, Juscelino imediatamente concedeu anistia aos rebeldes da Aeronáutica, envolvidos no levante de Jacareacanga contra sua vitória. Já Fernando Henrique, empossado tranquilamente e com todas as pompas e obras, comprometeu-se também com uma anistia: a do senador Lucena (e de seus coleguinhas de maracutaia), condenado por crime eleitoral. É até possível que JK também o fizesse, mas o fato é que esse ato anti-republicano ficará como marca do início de governo do “príncipe dos sociólogos”.

• • •

Tenho saudades de Juscelino. Se vivo fosse, estaríamos em campos opostos, mas tenho certeza de que ele, presidente ou senador, teria com o meu partido, o PT, e com meu candidato, o Lula, um diálogo mais respeitoso e democrático do que muitos dos liberais ou “esquerdistas reciclados” do mundo fernandista.

Isso posto, é bom lembrar que o modelo juscelinista esgotou todas as suas virtualidades no período, sendo parcialmente responsável pela instabilidade futura. JK não conseguiu fazer seu sucessor e foi substituído pelo adversário Jânio Quadros. Depois de dois mandatos consecutivos, FHC quer, é óbvio, fazer seu sucessor (o que virá depois dessa tentativa de assassinato com requintes de crueldade da candidatura Serra?). Nessa questão específica não sabemos o que vai prevalecer, se a semelhança de FH com JK ou a conhecida *buena-dicha* do tucano que se gaba de resolver tudo “no gogó”.